

Termo de Referência 25/2025

Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: MATERIAL CONTÉM INFORMAÇÕES SENSÍVEIS DA INSTITUIÇÃO POLICIAL.]

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2025	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA	04/06/2025 15:51 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	211/2025	08200.028010/2023-60

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de Coletes Balísticos de uso ostensivo e velado e patches colantes para atender as necessidades dos servidores da Polícia Federal nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	17481	R\$ 4.077,51	R \$ 71.278.952,31
G1	2	Patches dorsal, em sistema de velcro, emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	17971	R\$ 103,11	R \$ 1.852.989,81
G2	3	Patches dorsal, em sistema de velcro, bordado: escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	17931	R\$ 122,93	R \$ 2.204.257,83

G1	4	Patches frontal, em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	16971	R\$ 103,11	R \$ 1.749.879,81
G2	5	Patches Frontal, em sistema de velcro, bordado, contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	16931	R\$ 122,93	R \$ 2.081.327,83
TOTAL							R \$ 79.167.407,59

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do Siscomex.

ÓRGÃO GERENCIADOR							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	15000	R\$ 4.077,51	R \$ 61.162.650,00
G1	2	Patches dorsal, em sistema de velcro, emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	15000	R\$ 103,11	R \$ 1.546.650,00
G2	3	Patches dorsal, em sistema de velcro, bordado: escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	15000	R\$ 122,93	R \$ 1.843.950,00
G1	4	Patches frontal, em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	15000	R\$ 103,11	R \$ 1.546.650,00
G3	5	Patches Frontal, em sistema de velcro, bordado, contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	15000	R\$ 122,93	R \$ 1.843.950,00
							R \$

TOTAL**67.943.850,00**

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do Siscomex.

PARTICIPANTE:**UASG:** 80021 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	40	R\$ 4.077,51	R \$ 163.100,40
G1	2	Patches dorsal , em sistema de velcro, emborrachados : escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	40	R\$ 103,11	R \$ 4.124,40
	4	Patches frontal , em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	40	R\$ 103,11	R \$ 4.124,40
TOTAL							R \$ 171.349,20

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do Siscomex.

PARTICIPANTE:

UASG: 928093 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	500	R\$ 4.077,51	R \$ 2.038.755,00
<u>G1</u>	4	Patches frontal , em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	500	R\$ 103,11	R \$ 51.555,00
G2	5	Patches Frontal , em sistema de velcro, bordado , contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	500	R\$ 122,93	R \$ 61.465,00
TOTAL							R \$ 2.151.775,00

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do Siscomex.

PARTICIPANTE

UASG: 927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	400	R\$ 4.077,51	R \$ 1.631.004,00

<u>G1</u>	2	Patches dorsal , em sistema de velcro, emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	1400	R\$ 103,11	R \$ 144.354,00
G2	3	Patches dorsal , em sistema de velcro, bordado: escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	1400	R\$ 122,93	R \$ 172.102,00
<u>G1</u>	4	Patches frontal , em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	1400	R\$ 103,11	R \$ 144.354,00
G2	5	Patches Frontal , em sistema de velcro, bordado , contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	1400	R\$ 122,93	R \$ 172.102,00
TOTAL							R \$ 2.263.916,00

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do Siscomex.

PARTICIPANTE							
UASG: 80019 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	41	R\$ 4.077,51	R \$ 167.177,91
<u>G1</u>	2	Patches dorsal , em sistema de velcro, emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	31	R\$ 103,11	R \$ 3.196,41

G2	3	Patches dorsal , em sistema de velcro, bordado: escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	31	R\$ 122,93	R \$ 3.810,83
<u>G1</u>	4	Patches frontal , em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	31	R\$ 103,11	R \$ 3.196,41
G2	5	Patches Frontal , em sistema de velcro, bordado , contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	31	R\$ 122,93	R \$ 3.810,83
TOTAL							R \$ 181.192,39

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do Siscomex.

PARTICIPANTE							
UASG: 400045 - COORDENAÇÃO GERAL DE REC. LOGÍSTICOS - MTPS							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	1500	R\$ 4.077,51	R \$ 6.116.265,00
<u>G1</u>	2	Patches dorsal , em sistema de velcro, emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	1500	R\$ 103,11	R \$ 154.665,00
G2	3	Patches dorsal , em sistema de velcro, bordado: escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	1500	R\$ 122,93	R \$ 184.395,00
TOTAL							R \$

6.455.325,00

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do Siscomex.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e em suas quantidades, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

as licitantes estrangeiras deverão prever no preço do objeto o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os termos internacionais de comércio - incoterms 2010 - dpu – delivered at place unloaded - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega na cidade de Brasília-DF, Brasil. Bem como a "equalização tributária" com fulcro no § 4º, art. 52 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, contida no Anexo Modelo de Propostas de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

O NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) é um sistema de classificação de mercadorias fundamental para o comércio internacional, incluindo as licitações. Ele atribui um código numérico único a cada produto, padronizando a identificação em todo o bloco do Mercosul. Ao utilizar o código NCM no edital de licitação, o órgão público garante que todos os licitantes compreendam exatamente qual produto ou serviço está sendo adquirido. Isso evita divergências de interpretação e possibilita uma comparação mais justa entre as propostas. O código NCM define a alíquota dos impostos incidentes sobre a mercadoria, como o Imposto de Importação. Essa informação é crucial para o cálculo do preço final do produto e para a comparação entre as propostas. O NCM é utilizado para verificar se a mercadoria entregue corresponde àquela descrita no edital. Isso evita a entrega de produtos não conformes e garante que o órgão público adquira exatamente o que precisa. O código NCM é utilizado pela Receita Federal para o controle aduaneiro das mercadorias importadas. Ao utilizar o NCM correto, o importador agiliza o processo de desembaraço aduaneiro e evita problemas com a fiscalização. O NCM é baseado no Sistema Harmonizado (SH), um sistema internacional de classificação de mercadorias. Ao utilizar o NCM, o Brasil se alinha às práticas internacionais e facilita o comércio com outros países. A aplicação da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) é uma exigência legal no Brasil e nos demais países Mercosul. É uma ferramenta indispensável para garantir transparência nas operações de tributação de mercadorias.

Objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.010/90 e Lei Federal nº 8.032/90), o processo de importação do bem objeto desta licitação será realizado pela empresa contratada, em nome da Polícia Federal, por meio de despachante custeado pela empresa contratada, e aprovado pela contratante;

Qualquer tributo, imposto, taxa, encargo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente licitação, omitido ou incorretamente cotado na proposta, será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento;

Serão de exclusiva e total responsabilidade da Licitante obter, dos órgãos competentes, seja no exterior, seja no Brasil, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, considerando os respectivos gravames nas suas propostas, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

São de responsabilidade da CONTRATADA, a obtenção da licença de importação, pagamento de seguro, transporte, depósito dos equipamentos, custos de desembaraço e todos os custos (despesas) de formalidades alfandegárias pagáveis na importação. A CONTRATANTE fornecerá toda a documentação, de sua responsabilidade, necessária à CONTRATADA para que sejam efetuados os trâmites alfandegários, objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.032/90).

Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas do objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET /CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

As **licitantes estrangeiras** deverão prever no preço do objeto o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - **DPU – Delivered At Place Unloaded** - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte /frete até o local de entrega na cidade de Brasília-DF, Brasil. bem como a "equalização tributária" com fulcro no § 4º, art. 52 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, contida no Anexo IV - Equalização de Preços (36637800) de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

A licitação será dividida em item e grupo, sendo este último formado por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

O critério de adjudicação será o menor preço por item e menor preço global do grupo, já que haveria risco de perda de padronização. Também haveria risco à perda de economia de escala, em razão do quantitativo reduzido em relação ao quantitativo total.

Justificativa para o agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5):

O agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5), se dá devido ao princípio da padronização, é um dos fundamentos da administração pública que visa garantir uniformidade, eficiência e economicidade nas contratações governamentais. O princípio da padronização estabelece que os bens e serviços adquiridos pela administração pública devem seguir especificações técnicas e padrões de qualidade previamente definidos, garantindo que estejam em conformidade com as necessidades do órgão contratante e que atendem critérios de eficiência e durabilidade. Objetivo da Padronização é evitar aquisições prejudiciais ou incompatíveis, a padronização garante que os bens sejam protegidos para sua finalidade, evitando divergências técnicas ou funcionais. Isso evitará que itens com especificações diferentes sejam adquiridos, garantindo uniformidade e padronização nos equipamentos em todo território onde a PF tem atribuição.

Os itens 2; 3; 4 e 5 cujo objeto são patches emborrachados e patchs costurados, serão divididos em dois grupos:

- **Grupo 1 - G1 Patchs emborrachados: itens 2 e 4;**
- **Grupo 2 - G2 Patchs costurados: itens 3 e 5.**

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES		
<u>GRUPO</u>	<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>
G1 - PATCHS EMBORRACHADOS	2	Patches dorsal , em sistema de velcro, emborrachados : escrita "POLÍCIA FEDERAL.
	4	Patches frontal , em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.
G2 - PATCHS COSTURADOS	3	Patches dorsal , em sistema de velcro, bordado : escrita "POLÍCIA FEDERAL
	5	Patches Frontal , em sistema de velcro, bordado , contendo o brasão do Órgão.

Os respectivos tamanhos apresentados servem como referência, tendo-se como parâmetro a geometria dos painéis balísticos dos coletes apresentados nas Especificações Técnicas deste Termo de Referência, sendo que as medidas de cada policial serão encaminhadas pela contratante, conforme base de dados das medidas dos policiais, para a empresa vencedora quando da emissão da Ordem de Fornecimento.

A modalidade de licitação para a aquisição de bens será o Pregão Eletrônico de ampla participação de Empresas Nacionais e de Empresas Internacionais. O sistema adotado será o de Registro de Preços com base nos incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

1. ID PCA no PNCP: [00394494000136-0-000025/2025]
2. Data de publicação no PNCP: [16/05/2024]
3. Id do item no PCA: [79]
4. Classe/Grupo: [4240-equipamento para segurança e equipamento]
5. Identificador da Futura Contratação: [20334-211/2025]

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Anexo I - Especificação Técnica do Objeto deste Termo de Referência

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:
- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 4.ª edição, agosto/2021).
- São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- Outras formas vedadas pelo poder público.

- A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 7ª edição, outubro/2024.

Da exigência de amostra

Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

O Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra e a submeta à Comissão de Avaliação de Amostras, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 30 (trinta) dias úteis contados da solicitação.

As amostras deverão estar devidamente identificadas com o número do Pregão e nome do licitante, conterem os respectivos prospectos, documentação técnica e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto e modelo.

As amostras deverão ser embaladas e lacradas, individualmente, de forma que permitam a conferência visual quando do recebimento pela comissão, sem que seja necessária a violação do invólucro oriundo da empresa.

As amostras deverão ser embaladas e lacradas, individualmente, de forma que permitam a conferência visual quando do recebimento pela comissão, sem que seja necessária a violação do invólucro oriundo da empresa.

As amostras serão abertas apenas no momento da realização dos testes, que será aberto para todos os interessados;

O licitante, de quem for solicitada amostras, deverá disponibilizar representante para acompanhar a Comissão de Avaliação de Amostras, durante todo a execução da análise.

Todos os itens da licitação estarão sujeitos à análise de amostra.

A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar 04 (quatro) amostras de coletes de tamanhos diferentes e documento especificando as medidas dos usuários a que se destinam, compatíveis com os seguintes tamanhos:

- 01 (uma) amostra tamanho PP;
- 01 (uma) amostra tamanho P;
- 01 (uma) amostra tamanho M e
- 01 (uma) amostra tamanho G.

As amostras selecionadas para teste e separadas serão embaladas, lacradas, rubricadas pelo representante da empresa e coletadas pela Equipe Técnica de Planejamento.

A Administração não se obriga a repor os materiais danificados em decorrência das análises de testes, as amostras serão tratadas como experimentos/protótipos.

As amostras deverão ser entregues, desembaraçadas, as custas do licitante, no endereço SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, setor: Divisão de Planejamento e Controle, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br, no prazo limite de até 30 (trinta) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

No caso dos coletes balísticos, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, consistindo em 02 (dois) testes, descritos nos Anexo II - Teste de Usabilidade e no Anexo III - Ficha do Avaliador.

- Ajuste do Colete ao Corpo: verificar o ajuste do colete velado ao corpo do policial federal ao permanecer de pé ou sentado - Teste Tipo A;
- Testes de Funcionalidade: verificar a capacidade de o policial federal realizar tarefas típicas de atividades policiais veladas sem restrição de amplitude articular quando estiver trajando o colete balístico - Teste Tipo B.

A aferição do peso e espessura das amostras dos coletes serão conduzidas por equipe de planejamento da contratação com o apoio do Instituto Nacional de Criminalística- INC/DITEC/PF

Os Testes de Usabilidade serão conduzidos por equipe de professores da Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF conforme Anexo II - Teste de Usabilidade.

Os demais licitantes poderão acompanhar os testes nas amostras descritos acima, salvo impedimento de força maior, ou por razões de segurança sanitária devidamente publicados pela Administração Pública.

As amostras deverão dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, modelo, tamanho, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto; nível de proteção, norma de conformidade, lote e instruções de uso, manuseio e conservação. Serão observadas antes dos testes as dimensões corpóreas indicadas para cada tamanho fornecido.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, cortados, alvejados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

As amostras fornecidas pelo licitante vencedor do certame não serão devolvidas. Elas ficarão retidas pela PF para fins comparativos com o objeto quando do recebimento provisório.

Tanto para a análise dos documentos técnicos, para a aferição do peso e espessura das amostras; quanto para os testes tipo A e B nas amostras dos coletes balísticos velados, será emitido um Parecer pela equipe de planejamento da contratação resultando em : (1) Aprovação, (2) Reprovação.

Não será aceita a proposta do licitante reprovado em algum dos testes ou que não apresentar as amostras em cada um dos tamanhos discriminados.

Em caso de aprovação em todas as etapas prévias (Análise dos documentos técnicos, aferição do peso e espessura; e Testes Tipo "A" e "B"), a equipe de planejamento da contratação emitirá um Relatório Final para o Pregoeiro.

No caso dos PATCHES, a Empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar uma amostras de cada PATCH licitado:

- Uma amostra de PATCH DORSAL emborrachado;
- Uma amostra de PATCH DORSAL bordado;
- Uma amostra de PATCH FRONTAL emborrachado; e
- Uma amostra de PATCH FRONTAL bordado.

Cabe ressaltar que, será feito análise de conformidade das amostras de patches com as amostras de coletes balísticos.

As amostras serão analisadas pela Equipe de Planejamento da Contratação, de acordo com o descrito no Anexo I - Especificação Técnica do Objeto, deste Termo de Referência e sua conformidade com as amostras de coletes balísticos solicitados nesta etapa do processo. No caso de empresa estrangeira, as amostras deverão ser entregues no local, livre e desembaraçada, não sendo vinculada à contratante qualquer procedimento de desembaraço.

As amostras de patches deverão ser entregues, desembaraçadas, as custas do licitante, no endereço SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, setor: Divisão de Planejamento e Controle, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br , no prazo limite de até 30 (trinta) dias úteis, após a convocação pelo pregoeiro, por mensagem no sistema, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

A Equipe Técnica emitirá um parecer com a análise das amostras dos Patches enviadas pela Empresa resultando em : (1) Aprovação, (2) Reprovação.

Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues, POR EMPRESAS NÃO CONTRATADAS, deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

O contrato oferece maior detalhamento da regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e aceite da Administração Pública.

A ordem de fornecimento somente poderá ser emitida após assinatura do Contrato, e no caso de empresa estrangeira, emissão da Carta de Crédito.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues pela contratada na cidade de Brasília-DF, no endereço e horários indicados na ordem de fornecimento emitida pelo contratante, sob sua total responsabilidade. Em relação aos órgãos participantes, os locais de entrega serão os indicados na ordem de fornecimento dos referidos órgãos.

Apresentar Certificado de Conformidade (PCE), que esteja no prazo de validade e que seja de organismo credenciador autorizado pelo Exército, atendendo as exigências da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, podendo ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico <http://www.dfpc.eb.mil.br/>;

Atender a NT- SENASP nº 003/2021- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor.

- No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII e Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro, pleno atendimento da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir.
 - A contratada deverá arcar com o seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - **DPU – Delivered At Place Unloaded** - bem como custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega em Brasília-DF.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II)
- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

Os bens serão recebidos provisoriamente, da seguinte forma:

- Em até 120 dias após emissão de Ordem de Fornecimento de Bens, a entrega será no endereço contido na ordem, sendo para tanto utilizado o INCOTERM DPU e todos os custos da importação: seguro, frete, transporte, armazenagem, dentre outros da mercadoria até o destino serão realizados pela contratada. Estão inclusos os custos de armazenagem para o período no máximo (até 5 dias úteis) antes do desembarço alfandegário utilizando o RADAR da PF.
- A Polícia Federal ficará encarregada de realizar a escolta do transporte, desde que atendidas as condições mínimas de operacionalização, como estado de conservação do veículo da Contratada para o traslado, horário previsto, etc. para o trajeto. O Comando de Operações Táticas - COT/PF irá deliberar sobre tais condições;
- Toda documentação deverá ser emitida em nome do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – CNPJ: 00.394.494/0014-50, no seguinte endereço: SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br.
- Todos os documentos necessários para o desembarço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante no endereço referenciado neste item, observando a legislação vigente.
- Os bens serão recebidos provisoriamente, na fábrica da empresa, de forma sumária, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a realização dos **testes previstos no Anexo V - Protocolo de Testes (40631237)**, por comissão de servidores desta EPC, Fiscalização e Instrutores, a ser definida em processo a parte, e, acaso aprovada, será confeccionado Termo de Recebimento Provisório e Autorização para Embarque; para efeito verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- Os testes de Recebimento Provisório ocorrerão em horário comercial, na fábrica da Contratada, informado em mensagem no chat, devendo todas as despesas com passagem, hospedagem e alimentação dos servidores indicados ocorrerão às custas da Polícia Federal, enquanto perdurar o Recebimento Provisório.
- Os custos dos testes ocorrerão às expensas da Contratada.
- A Contratada deverá informar a data estimada para conclusão da produção com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, para fins de organização/planejamento da Comissão de Recebimento.
- No momento do recebimento provisório, a empresa deverá apresentar, válidos e vigentes, os seguintes documentos:
 - Apresentar Certificado de Conformidade (PCE), que esteja no prazo de validade e que seja de organismo credenciador autorizado pelo Exército, atendendo as exigências da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, podendo ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico <http://www.dfpc.eb.mil.br/>,
 - Atender a NT- SENASP nº 003/2021- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor.
 - No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção, pela CONTRATADA, de licenças junto ao Exército Brasileiro em relação ao desembaraço aduaneiro, em pleno atendimento da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir.
 - No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII e Licenciamento Direto de Importação - LDI ou junto ao Exército Brasileiro, pleno atendimento da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir.

Os bens serão recebidos definitivamente, da seguinte forma:

- O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- No momento do recebimento definitivo, a empresa deverá apresentar, válidos e vigentes, os seguintes documentos:
 - Apresentar Certificado de Conformidade (PCE), que esteja no prazo de validade e que seja de organismo credenciador autorizado pelo Exército, atendendo as exigências da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, podendo ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico <http://www.dfpc.eb.mil.br/>,
 - Atender a NT- SENASP nº 003/2021- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor.
 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- A Polícia Federal ficará encarregada de realizar a escolta do transporte, desde que atendidas as condições mínimas de operacionalização, como estado de conservação do veículo da Contratada para o traslado, horário previsto, etc. para o trajeto: Aeroporto ao local indicado na ordem de fornecimento de bens, em Brasília/DF. O Comando de Operações Táticas - COT/PF irá deliberar sobre tais condições;
- Toda documentação deverá ser emitida em nome do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – CNPJ: 00.394.494/0014-50, no seguinte endereço: SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, setor: Divisão de Planejamento e Controle,

Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br.

- Todos os documentos necessários para o desembaraço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante no endereço referenciado neste item, observando a legislação vigente.
- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Das condições específicas de envio por Contratada estrangeira:

- Enviar à Contratante, via e-mail a ser fornecido na Ordem de Fornecimento de Bens, com 03 (três) dias úteis de antecedência do embarque do produto, cópia dos documentos de embarque (por exemplo: AWB, *Commercial Invoice* e *Packing List*), com todos os detalhes, tais como: descrição e quantidade da mercadoria, data e hora de chegada, número do Conhecimento de Carga (por exemplo: AWB), número de volumes, peso bruto e líquido, valor do frete internacional e valor DPU (*Delivered At Place Unloaded*).
- O material/produto objeto deste contrato virá acompanhado com os seguintes documentos por ocasião do embarque e/ou entrega:
 - Fatura Proforma ou *Proforma Invoice*;
 - Fatura Comercial e/ou "*Commercial Invoice*" original e assinada de próprio punho.
 - Via original do Conhecimento de Carga;
 - Lista de Embalagem ou "*Packing List*".
 - Deverá constar no Conhecimento de Carga, *Commercial Invoice* e *Packing List* as informações inerentes do contratante.
- Tendo em vista a especificidade, necessidade de testes e adequações, seguem os prazos necessários para o desenvolvimento das atividades:
 - A Comissão de Recebimento, em caso de dúvidas, poderá realizar novos testes laboratoriais para verificar a conformidade das especificações do Anexo I - Especificação Técnica do Objeto, bem como para fins comparativos com as amostras que foram utilizadas para os testes de aceitação da proposta na fase de licitação, podendo rejeitar os produtos antes do recebimento definitivo. Para realização dos testes, serão selecionadas amostras, de tamanhos diferentes.
 - As amostras selecionadas para teste e separadas serão embaladas, lacradas, rubricadas pelo representante do Contratante e da Contratada e coletadas pela Comissão de Recebimento. As amostras serão consideradas no computo dos materiais fornecidos para fins de recebimento definitivo e pagamento.
 - A Contratada não se obriga a repor os materiais danificados em decorrência das análises, desde que não tenha dado causa para a verificação e as amostras não sejam reprovadas;
 - Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, estar devidamente embalados, separados por tamanho, conforme ordem de fornecimento, contendo marca, fabricante, procedência e prazo de validade e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- No caso de empresa estrangeira será realizado o pagamento na modalidade "**Remessa em Saque**", com taxa de câmbio de fechamento PTAX do Banco Central (considerando a média das cotações de compra e venda), vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, **ou através de Carta de Crédito**, nos termos da legislação em vigor, observando-se que:
 - O pagamento será efetuado em Dólares dos Estados Unidos da América (US\$) ou Euros (EUR), cuja moeda será definida no momento do contrato, mediante a abertura de crédito documentário irrevogável e irrevogável no banco emissor (issuing bank) Banco do Brasil S/A, em valor correspondente em Dólares dos Estados Unidos da América ou Euros, conforme o preço definido na sessão pública, considerando como proposta de preços aceita e precificada na pró-forma (proforma invoice), em obediência ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64; na Lei Federal nº 10.192/01 c/c Decreto lei nº 857/69, adotando-se as Regras de Usos Uniformes sobre Créditos Documentários – (UCP 600), aprovadas pela Câmara Internacional de Comércio – (ICC), c/c as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, sendo que:
 - o crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível;
 - a validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido neste Edital e seus Anexos.
 - As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.
 - A(s) fatura(s) pró-forma (proforma invoice) deverá(ão) ser encaminhada(s) para a Polícia Federal, no endereço citado no preâmbulo do Edital, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.
 - Todas as operações financeiras serão efetivadas pelo agente financeiro Banco do Brasil S/A, sob ordem do responsável pela conta existente para este fim, da Polícia Federal;

- O pagamento será suspenso até manifestação favorável do Banco Central do Brasil – Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais, havendo indícios de casos relacionados na Seção 2, do Capítulo 16, do Título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).
- O efetivo pagamento e liquidação nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 será considerado efetivado com a autorização para o banco negociador realizar o pagamento da carta de crédito ao beneficiário ou, em hipótese alternativa, pelo depósito em conta bancária aberta no Brasil na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.
- Na hipótese de atraso do pagamento atribuível à CONTRATADA estrangeira, com proposta em moeda estrangeira, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário (carta de crédito) junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive os referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplemento, serão custeados pela CONTRATADA, sem prejuízo das respectivas sanções contratuais.
- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, será adotada a mesma regra estipulada para o contratado nacional.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

- As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

- O motivo da licitação com previsão de participação de empresas estrangeiras decorre das constatações já elencadas no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. Habilitação jurídica

1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
 1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal. Parágrafo único, art. 70, Lei 14.133/2021
6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, vigente, para produção de material balístico pelo órgão competente do país de origem.
12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

3. Qualificação Econômico-Financeira

1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
 - $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e
 - $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$
4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [[patrimônio líquido mínimo] de 5% do [valor total estimado da contratação]
5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor ou documento equivalente.
8. Para empresas estrangeira, na ausência de documentação mencionada acima, serão aceitos documentos equivalentes.

4. Qualificação Técnica

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 1. Fornecedor de atestado de capacidade técnica de no mínimo 25% do total do quantitativo do objeto compatível com os demais requisitos previstos neste Termo de Referência.
 2. No caso de licitante ser empresa estrangeira, que não possuir atestado de capacidade técnica, poder-se-á comprovar mediante notas fiscais, invoices ou outros documentos equivalentes, após análise e aceitação da equipe técnica.
 2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
 3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
2. **Deverá apresentar, válido e vigente:**
 1. Atender a NT- SENASP nº 003/2021- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao

National Institute of Justice - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor.

2. Autorização do Exército Brasileiro para todos os produtos que são controlados por ele, no que diz respeito à fabricação, utilização, importação, desembaraço, tráfego, comércio e representação comercial devem obedecer a legislação vigente, devendo ser apresentado documento que comprove a autorização ou os dados da empresa constar em lista do Exército das empresas autorizadas (com registro) para fabricar e produzir PCE - <http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/acesso-a-informacao>.
3. Para empresas estrangeiras, deverá ser apresentado documento equivalente que autoriza e licencia as atividades acima.
4. A licitante classificada em primeiro lugar deverá enviar, juntamente com a proposta, a grade de tamanhos disponíveis para avaliação da equipe técnica.
 1. Caso a licitante não disponha da grade de tamanhos para inserção na proposta ou necessite de ajustes para adequação às necessidades do órgão, será dado prazo na própria sessão pública, de 24 horas, podendo ser prorrogado, a critério do pregoeiro, para saneamento de forma a propiciar a melhor contratação.

9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

- Tratam-se de bens de fornecimento estanque, cuja incidência de defeitos é sanada por meio da troca/substituição dos bens no caso de vícios constatáveis de plano ou na vigência da garantia contratual/técnica. Ademais, as etapas de recebimento provisório e definitivo são filtros aplicados cujo efeito será resguardar a Administração que não pagará pelos materiais recebidos caso constatados inconformes.
- A exigência de garantia contratual configura despesa que onera a CONTRATADA e, por conseguinte, o valor dos produtos que serão adquiridos e provoca o desinteresse dos licitantes na medida em que os obriga os a incorrerem em custos e burocracia que se somam ao investimento em insumos e mão de obra para a fabricação e fornecimento dos bens.
- Adicionalmente, considerando que este procedimento tem por escopo ampliar a competitividade com a admissão da participação de fornecedores estrangeiros, a exigência de emissão de garantia em território nacional para essas empresas é fator sabidamente desestimulante e complicador de sua participação e poderá anular os esforços envidados para promover a ampla competição.
- Interessa à Administração a ampliação da competitividade. Por meio da concorrência obtém-se os melhores preços. Na vigência da proteção dada pelo sistema de recebimento e garantia contratual dos bens, a exigência de garantia de execução, no caso, configura-se como medida que onera os fornecedores sem prover contrapartida em proteção para a Administração, razão pela qual é dispensada.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação dos coletes é de R\$ 71.278.952,31 (setenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos), conforme tabela acima do órgão gerenciador e participantes.

O custo estimado total da contratação de Patches Emborrachados é de R\$ 3.602.869,62 (três milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), conforme conforme tabela acima do órgão gerenciador e participantes.

O custo estimado total da contratação de Patches Bordados é de R\$ 4.285.585,66 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme conforme tabela acima do órgão gerenciador e participantes.

O custo total perfaz **R\$ 79.167.407,59 (setenta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ressalta-se que a Administração observou o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA

Agente de contratação

Estudo Técnico Preliminar 19/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.028010/2023-60

2. Descrição da necessidade

INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Estudo Preliminar tem como objetivo a contratação de 17.481 (dezessete mil, quatrocentos e oitenta e um) coletes ostensivos e velados com patches para atender a demanda dos policiais do Órgão com coletes que detenham a dupla funcionalidade de utilização tanto em caráter velado quanto ostensivo, necessita-se também da aquisição de 69.804 (sessenta e nove mil, oitocentos e quatro) patches com Brasão e Nome da Polícia Federal, a fim de trajar os Policiais Federais quando em operações policiais ostensivas.

Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela Constituição Federal/1988, pela Lei 14.133/2021 e pela Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD - Ministério da Defesa, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, estabelecendo providências que deverão ser observados no exercício das referidas atividades. A análise também se baseia na Nota Técnica nº 9839038, de 4 de outubro de 2018, que tratou da necessidade de adoção de novos parâmetros técnicos para a compra de futuros coletes para a Polícia Federal.

Os bens referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido no XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A adoção do Pregão com Sistema de Registro de Preços (SRP) em detrimento do pregão tradicional apresenta-se como uma escolha estratégica e eficiente para a Administração Pública, especialmente em cenários de demandas recorrentes, variáveis ou quando há necessidade de atender a múltiplas unidades de forma integrada. O SRP proporciona ganhos significativos em termos de agilidade, flexibilidade, economia de recursos e redução de custos administrativos. O SRP otimiza processos, evita desabastecimentos e potencializa a negociação de preços mais vantajosos. Além disso, sua conformidade com a legislação vigente e a recomendação de órgãos de controle reforçam a transparência e a boa gestão dos recursos. A utilização do SRP não apenas moderniza e simplifica os processos licitatórios, mas também contribui para a promoção de uma gestão pública mais eficiente, econômica e orientada para resultados.

O Pregão Eletrônico terá como procedimento auxiliar o **sistema de registro de preços**, conforme art. 82, Lei 14.133/2021, de acordo com o planejamento do órgão, devendo a empresa estar ciente da possibilidade de aquisição da totalidade dos itens, ofertar proposta para o quantitativo total, e que o critério de julgamento da licitação será o **menor preço**. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e em suas quantidades, desde que comprovado o preço vantajoso. Ainda cabe ressaltar:

- a. O objeto pretendido para a futura contratação não se **enquadra como atividade de custeio**.
- b. Os bens referenciados neste estudo, dadas as suas características, **enquadram-se no conceito de bens comuns**, conforme definido no XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- c. O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo de bem de luxo**, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- d. O referido objeto da licitação **não se enquadra como bens de TIC**.

O objeto deste certame licitatório será dividido em item e grupo onde o critério de adjudicação será o **menor preço por item e menor preço global do grupo**.

Justificativa para o agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5):

O agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5), se dá devido ao princípio da padronização, é um dos fundamentos da administração pública que visa garantir uniformidade, eficiência e economicidade nas contratações governamentais. O princípio da padronização estabelece que os bens e serviços adquiridos pela administração pública devem seguir especificações técnicas e

padrões de qualidade previamente definidos, garantindo que estejam em conformidade com as necessidades do órgão contratante e que atendem critérios de eficiência e durabilidade. Objetivo da Padronização é evitar aquisições prejudiciais ou incompatíveis, a padronização garante que os bens sejam protegidos para sua finalidade, evitando divergências técnicas ou funcionais. Isso *evitará que itens com especificações diferentes sejam adquiridos*, garantindo uniformidade e padronização nos equipamentos em todo território onde a PF tem atribuição.

Ademais, importante salientar a necessidade de atendimento do Princípio de Padronização que tanto na aquisição de coletes balísticos com dupla funcionalidade quanto na de patches com o Brasão e Nome da Polícia Federal, possui como fito compatibilizar na aquisição, as especificações técnicas e de desempenho, propiciando à Administração uma consecução mais econômica e vantajosa para os policiais federais da área fim no Órgão: "A padronização elimina variações tanto no tocante à seleção de produtos no momento da contratação como também na utilização e conservação do produto" in Rodrigues (2010).

FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO

Na disciplina das licitações, o Pregão, acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante o Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional proporciona é um rol ampliado de competidores. Note-se que a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas.

A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

- a. **Obtenção de melhores preços e condições:** A realização de uma licitação internacional pode permitir que sejam obtidos preços mais competitivos, devido à participação de empresas estrangeiras que podem oferecer melhores condições comerciais. Verificou-se que a maioria das empresas desse mercado são, se fato, estrangeiras;
- b. **Acesso a tecnologias avançadas:** Empresas estrangeiras podem trazer tecnologias inovadoras e avançadas que não estão disponíveis localmente. Ao optar por uma licitação internacional, é possível atrair empresas com experiência e conhecimento técnico específico para o projeto em questão;
- c. **Fomento à concorrência:** Ao abrir o processo licitatório para empresas estrangeiras, há um aumento da concorrência, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública. Como foi levantado que a maioria das empresas desse mercado são estrangeiras, a realização de licitação nacional, com a participação de intermediários, elevaria bastante o preço médio das ferramentas em relação ao preço praticado no mercado internacional;
- d. **Exigências específicas:** Trata-se de ferramenta tecnológica com requisitos técnicos ou de qualidade que, a princípio, não podem ser atendidos apenas pelas empresas nacionais. Nesse sentido, a licitação internacional é a opção mais viável para garantir o atendimento dessas exigências;
- e. **Economia de Escala:** A licitação internacional pode permitir a obtenção de economias de escala, especialmente quando a contratação envolve grandes volumes ou quando os fornecedores internacionais têm maior capacidade produtiva e podem oferecer preços mais competitivos. Em alguns casos, fornecedores internacionais conseguem oferecer custos mais baixos devido à maior capacidade de produção, eficiência logística ou incentivos fiscais em seus países de origem.
- f. **Estímulo à Competitividade no Mercado Nacional:** Ao permitir a participação de empresas estrangeiras, a licitação internacional pode gerar uma pressão competitiva sobre o mercado interno, incentivando fornecedores locais a melhorar suas ofertas, tanto em termos de preço quanto de qualidade, para competir com as propostas internacionais. Isso pode incentivar a modernização e a inovação das empresas nacionais, que passam a concorrer com players globais.
- g. **Diversificação de Fornecedores:** A realização de licitações internacionais permite à Administração Pública reduzir sua dependência de fornecedores nacionais, especialmente em setores onde há concentração de mercado ou poucas opções de fornecedores. Isso ajuda a mitigar riscos relacionados à escassez de produtos, interrupções no fornecimento ou falta de competitividade interna.

A realização de uma licitação internacional requer **planejamento e adaptação de regras**, como a previsão de pagamento em moeda estrangeira, ajustes na legislação aduaneira, cumprimento de requisitos internacionais e garantias de entrega. A licitação internacional, conforme a Lei 14.133/2021, permite que a Administração Pública alcance benefícios como aumento da competitividade, acesso a produtos e serviços de alta qualidade e tecnologia, redução de custos e diversificação de fornecedores. Essa modalidade amplia as opções de contratação e pode contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos, ao trazer novas tecnologias e conhecimentos do exterior.

Conforme justificativas citada nesse estudo preliminar, por essas razões a Polícia Federal opta por uma licitação internacional.

DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS

Consórcio

Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.

Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

Cooperativa

Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a vedação à participação de cooperativas neste pregão:

- a. **Controle e responsabilização:** Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.
- b. **Segurança jurídica:** A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.
- c. **Garantia da qualidade dos serviços:** A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra pode ser sensível, exigindo a seleção de profissionais qualificados, estáveis e comprometidos. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração busca garantir que os contratados sejam empresas constituídas sob a forma empresarial, com estrutura, histórico e capacidade de oferecer a mão de obra especializada necessária para o cumprimento do contrato.
- d. **Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias:** Cooperativas podem enfrentar dificuldades em assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. O risco de inadimplência poderia ser transferido à Administração Pública, o que é indesejável e prejudicial para ambas as partes.

DA NÃO ADMISSÃO DE COTA PARA EMPRESA DE PEQUENO POR E MICROEMPRESA

Não será estabelecido cota para EPP/ME, com fulcro no Inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, em decorrência do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostrar vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, havendo prejuízos nessa dinâmica quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

Não será prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no Art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, recepcionada pelo Art. 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021 tendo em vista que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no Art. 49, inciso II, da referida Lei Complementar Art. 10, inciso I, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

O inciso I, § 1º, da Lei 14.133/2021, já estabelece a exceção quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões), contudo, por tratar-se de registro de preços evita-se questionamentos com a possibilidade de contratações de valores que não se enquadrem no dispositivo legal.

Em suma, Considerando o montante da contratação, que supera em muito o limite de enquadramento de receita bruta de empresa de pequeno porte, e tendo em vista o art. 4º, § 1º, inc. I, da Lei nº 14.133/21, não serão aplicados os benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Também não haverá cota reservada para as preferências do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, por motivo adicional, que é a natureza do objeto e sua complexidade técnica, além da necessidade de padronização de desempenho, treinamento, assistência técnica e uniformidade dos itens que compõem a presente licitação (art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21), uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado poderia representar prejuízo ao conjunto ou complexo dos bens a serem adquiridos, exceção legalmente prevista no art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição, e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, e destina-se a:

- apurar infrações penais contra a ordem política e social;
- apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
- apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e
- exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Atualmente, a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa necessariamente por medidas que possibilitem ao policial estar devidamente equipado e identificado, de forma padronizada, para atuar de forma similar em todo o território nacional.

Tais demandas se embasam na necessidade de dotar o quadro Policial do Órgão com equipamentos de proteção balística com a dupla funcionalidade de usá-los tanto de forma ostensiva quanto velada. Isso torna-se possível através das tecnologias existentes hodiernamente no mercado que fornecem em uma plataforma de colete balístico para uso dissimulado com sistemas diversos de acoplagem de acessórios.

Tendo em vista o Princípio de Padronização esculpido no inciso I do art. 47 da Nova Lei de Licitações- NLLC nº 14.133 /21 (e inciso I do art. 15 da antiga Lei de Licitações- Lei nº 8.666/93), deve ser observado pela Administração como objetivo primordial compatibilizar especificações técnicas e de desempenho, ou seja, a utilização de um Colete Único, para uso ostensivo e para uso velado, objetivando um único objetivo que é o de proteção do agente de segurança pública. Nisso, tal princípio visa propiciar à Administração a consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como ferramenta de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos.

O total de 15.000 (quinze mil) coletes balísticos a serem contratados reflete o seu planejamento de provimento das demandas do material e se justifica pela necessidade de cobrir todo o efetivo Policial Federal em atividade com este equipamento, juntamente com a garantia da regularidade de fornecimento. Em outros termos, a requisição do quantitativo em epígrafe se dá pela necessidade de garantir coletes balísticos à disposição basicamente para uso em: atividades precípuas do Órgão; Cursos de Formação Policial; e Testes em amostras para controle e construção de curva de aprendizado.

Em complemento, para a utilização do equipamento em operações policiais de caráter ostensivo, além de disponibilizar insígnias para caracterização do Órgão nos demais equipamentos dos Policiais Federais, será necessário o quantitativo de 30.000 (trinta mil) patches colantes dorsal, em sistema de velcro, a escrita "POLÍCIA FEDERAL" para colocação na parte traseira do colete e 30.000 (trinta mil) patches colantes contendo o brasão do Órgão para colocação na parte dianteira (região do peitoral esquerdo). Com essa quantidade, pretende-se distribuir 4 patches para cada Policial, de modo que se use em cada unidade de colete 02 (dois) patches e se disponibilize outros dois de cada tipo para uso nos demais equipamentos operacionais pessoais (tais como bonés, mochilas, plate carriers).

Cabe ressaltar que o uso de identificadores que tornem ostensivo o colete balístico é de fundamental importância para a segurança do Policial Federal, vez que o colete balístico ao ser usado por cima da vestimenta (em caráter ostensivo), além de ser artefato que atrai muita atenção para quem o usa, tira a visibilidade das insígnias da Polícia Federal dos uniformes institucionais.

A utilização de coletes balísticos reduz o perigo de morte nas missões, colaborando diretamente para a segurança e para o sucesso da ação. Cabe ressaltar que o uso de equipamentos adequados e preocupação com a segurança mostra à população referências positivas acerca das operações desencadeadas pela instituição, sendo, por conseguinte, preponderante para o sucesso de suas atribuições legais e para o reforço da imagem do Estado Brasileiro perante o cidadão.

Além da segurança dos policiais, a utilização dos coletes em operação, muitas delas com lapsos temporais contínuos e longos, deve proporcionar o bem estar mínimo do policial federal no cumprimento de seu dever funcional, devendo prever a tecnologia necessária para mitigar o desconforto térmico, facilitar a mobilidade e não dificultar a utilização pelo excesso de peso.

Para que a Polícia Federal esteja apta a cumprir as suas missões institucionais, é imprescindível que ela esteja devidamente constituída de recursos humanos treinados e bem equipados. Um equipamento completo, eficiente e de qualidade, significa não só o êxito da missão, como também a proteção da vida do policial.

Nas diversas operações realizadas pela Polícia Federal, os policiais frequentemente enfrentam situações em que há risco real de morte, sendo o colete balístico o principal equipamento de proteção e segurança individual, uma vez que protege os órgãos vitais do seu usuário.

As duas últimas compras de coletes balísticos realizadas pela Polícia Federal se deram nos anos de 2019, Processo 08200.009805/2018-10, contrato Nº 44/2021 – COAD/DLOG; 2022 (coletes velados), processo 08200.007920/2021-47, contratos nºs 42/2022 e 58/2022 - CGAD/DLOG/PF sendo ambas relativas ao nível III-A.

Em relação ao nível de proteção, tal escolha reflete inclusive a necessidade que a proteção balística seja condizente com o calibre utilizado pela Polícia Federal, qual seja, o 9x19mm Luger +P+. Assim, não seria lógico que se escolhesse um colete balístico que não suportasse disparos com a mesma energia do armamento utilizado pelo Órgão. Ademais, diante da liberação de calibres, cuja legislação anterior considerava de uso restrito, a proteção de nível III-A se mostra imperiosa, a fim de dirimir os riscos da atividade policial.

Em relação à usabilidade do colete, cabe trazer à baila que no ano de 2014 foram adquiridos coletes femininos com bojo. A questão do bojo em coletes balísticos femininos vem sendo estudada há alguns anos por organismos de segurança pública, acadêmicos e fabricantes de diversas partes do mundo. Pesquisas realizadas pela Divisão de Planejamento e Controle - DPC /CGPLAM/DLOG/PF junto às policiais mostraram um percentual equitativo em relação ao grau de satisfação e insatisfação desse público. A insatisfação advém de uma maior rigidez da proteção balística, dificultando a movimentação e a desenvoltura para as atividades policiais da policial. Uma customização perfeita de um colete com bojo adaptado ao seu tamanho e compleições corporais com equipamentos específicos geraria um custo altíssimo para a Administração Pública, de acordo com levantamentos que foram realizados em reuniões feitas pela Divisão com fornecedores nacionais e internacionais. Nesse sentido, optou-se por um colete sem bojo e que preze pela qualidade em termos de flexibilidade, leveza e uma maior segurança das policiais.

Em relação ao efetivo policial masculino, observou-se, na prática, que coletes são igualmente desconfortáveis, pouco flexíveis, pesados e que geram sensações térmicas inadequadas; são, por isso, “encostados” ou esquecidos pelos servidores. Não é difícil observar policiais federais iniciarem as operações utilizando os coletes e terminarem com os mesmos guardados dentro do portamalas de viaturas.

Destarte, o desafio atual e que se apresenta a respeito da aquisição de coletes deve-se levar em consideração aspectos climáticos de um país continental, violência que se apresenta na sociedade, conforto do operador de segurança (peso e flexibilidade do colete), segurança/proteção oferecida pelo equipamento (área de proteção x mobilidade), resistência e durabilidade (economicidade), garantia, possibilidades de utilização (ambientes apropriados), entre outros.

Ressalte-se que o presente estudo visa a aquisição de coletes velados, e tem por base o Relatório SECOL/DPC/CGPLAM /DLOG /PF (17148235) e o sucesso das aquisições realizadas no processo 08200.007920/2021-47 , além do citado documento ser parte de uma pesquisa e análise pioneira dentro do órgão e reflete a continuidade de estudos e adequação aos avanços tecnológicos e às casuísticas da Polícia Federal. Tendo em vista a necessidade de modernização dos equipamentos de segurança utilizados pelos policiais federais, em especial pelo crescente aumento do poderio bélico e de organizações criminosas no Brasil, a Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial - DPC, juntamente com outros setores técnicos da Polícia Federal, mantém contínuos estudos em diversos temas ligados ao desempenho das atividades policiais.

Como fonte de informações para os referidos estudos, entre outros, são realizadas visitas a feiras e exposições nacionais e internacionais de equipamentos de defesa e segurança pública. A exemplo, verificou-se em visita técnica, por equipe da DPC em junho/2018 (Eurosatory) e em março/2019 (IWA Outdoor Classics), a existência de coletes balísticos mais leves, flexíveis e com prazos de garantia que podem se estender a até 10 anos, sendo que os prazos oferecidos usualmente pelas empresas brasileiras são de apenas 5 anos. Este dado pode se traduzir em economia nas compras da administração na medida em que o custo da unidade adquirida, mesmo que um pouco maior, pode ser dividido por um período muito maior de utilização.

Também, conforme visita, por equipe da DPC em abril/2019 e abril de 2023 (LAAD), verificou-se que o mercado nacional vem trabalhando na modernização dos coletes, tanto na norma relativa aos testes balísticos (migração da norma do National Institute of Justice dos Estados Unidos - NIJ, da 0101.04 para 0101.06), como na qualidade dos produtos (capa externa e painéis balísticos). De outro modo, percebeu-se durante visita ao evento que o mercado internacional possui uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer, pelo menos tecnicamente, coletes leves, com densidade de área em torno de 3,9 kg/m², bem como coletes relativamente flexíveis, conforme consta no RELATÓRIO DE MISSÃO POLICIAL Nº 05/2019 (Relatório de Prospecção nº 10553965).

O Relatório SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF (17148235) traz estudos de análise de amostras de coletes velados que refletem a ideia de conforto necessário, bem como a proteção balística requerida. O documento afirma que, para tanto, foi elaborado questionário (14405210) e regras de análise (14930528), (14931051), onde servidores da Polícia Federal utilizaram as amostras por um certo período e responderam os questionários, cujas respostas seguem a aplicação da escala de Likert.

A Polícia Federal, até a última contratação 08200.007920/2021-47, nunca havia adquirido coletes velados (dissimulados ou discretos), apesar de grande parte das suas diligências serem veladas, funções típicas da Polícia Judiciária em si. Isso, devido a uma gama de atividades desempenhadas pelo policial serem realizadas à paisana, sob os moldes investigativos e protetivos, ocorrendo principalmente antes e/ou durante a deflagração de uma Operação Policial. Como exemplo maior, tem-se as atividades de inteligência policial, contra-inteligência policial, investigação de assuntos internos, infiltrações, segurança de dignitários, investigações sensíveis, diligências externas descaracterizadas, entrega de intimações, fiscalização de agências bancárias, de produtos químicos, de portos e aeroportos, realização de exames periciais em campo, ou qualquer outra atividade descaracterizada de natureza externa. Desse modo, entende-se que todos os policiais federais em atividade têm a necessidade de uso do colete velado e ostensivo.

Diante do exposto e tendo como princípio norteador o Art. 35. da Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD, que estabelece que "os coletes à prova de balas com prazo de validade expirado não poderão ser utilizados, devendo ser destruídos", e considerando-se as características das atividades de risco a qual o policial é submetido, visualiza-se a necessidade de aquisição de novos coletes balísticos para todo o efetivo policial integrantes dos quadros da PF.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DPC/CGPLAM/DLOG/PF	JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá:

- Atender a NT- SENASP nº 003/2021- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor;
- No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII e Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro, pleno atendimento da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir;
- Arcar com o seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - **DPU – Delivered At Place Unloaded** - bem como custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega em Brasília-DF;
- Apresentar certificado de conformidade de acordo Portaria nº 189-EME de 18/08/2020;
- Ser aprovado nos testes previstos no Termo de Referência contido neste processo;
- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- Fornecimento de atestado de capacidade técnica (ou documento equivalente no caso de importação, como Invoice, etc.) de no mínimo 25% do total do quantitativo do objeto compatível conforme definição no Termo de Referência;
- Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
- Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;
- Capacidade para entrega da quantidade de Coletes Balísticos e o valor estimado da aquisição a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;
- Dimensionamento do tamanho dos coletes e disponibilidade da grade de tamanhos para o adequado uso conforme às dimensões corpóreas pertinentes ao caso.

5. Levantamento de Mercado

Constam diversos estudos os quais propiciaram a compra dos coletes no ano de 2022 de forma satisfatória e devido ao sucesso de aceitação e qualidade atestados pelo efetivo da Polícia Federal serão repetidos nesse documento.

- A ultima compra foi realizada no processo 08200.007920/2021-47, com base no Relatório DPC/CGPLAM/DLOG/PF (9380791); Despacho SEOP/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP/PF (10263858); relatório técnico (17148235) do grupo de trabalho conforme nomeação através da Portaria 551 - DLOG/PF, demonstrando diversas etapas e a preocupação do órgão com uma compra acertada de forma a fomentar a ampla participação
- Soma-se a todas medidas adotadas a atualização dos servidores envolvidos nas aquisições centralizadas, conforme participação na feira LAAD em abril/2023, de forma a constatar que mesmo com o desenvolvimento de novas tecnologias ainda permanecem atuais os requisitos adotados na última aquisição;
- No levantamento de mercado foram enviadas diversas amostras para análise, as quais estão elencadas no Estudo Preliminar SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF (18490890), que serviu de instrução na última compra, inclusive com Despacho DE APROVAÇÃO n. 00744/2022/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (23112271).

Neste sentido seria repetitivo a inserção de todos os dados dos documentos acima para demonstrar o estudo de mercado para definição de aquisição do melhor item de proteção para os Policiais Federais.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição técnica dos Coletes Balísticos de Uso Ostensivo e Velado, Nível III-A - está disposta no **ANEXO I do Termo de Referência**, bem como a dinâmica do teste de usabilidade e a ficha do avaliador.

Constam no documento SEI 32094397 a memória de calculo e as provas que embasaram a definição do quantitativo escolhido.

O relatório 17148235, do Grupo de Trabalho, já citado no levantamento de mercado, estabelece critério por nota podendo ser usado como referência para aquisições as marcas: Crye Precision, Us Armor, Miguel Caballero; além da marca Protecop adquirida na ultima contratação da PF 08200.007920/2021-47 e aprovada pelo efetivo.

Quanto à produção de painéis, capas e bolsas, estas serão realizadas em conjunto, tendo em vista que separadamente, haveria o risco de se incorrer em incompatibilidade nos tamanhos produzidos, fato possível durante o processo de fabricação destes componentes, o que poderia frustrar a compra.

Os respectivos tamanhos apresentados servem como referência, tendo-se como parâmetro a geometria dos painéis balísticos dos coletes apresentados nas Especificações Técnicas, sendo que as medidas de cada policial serão encaminhadas pela contratante, conforme base de dados das medidas dos policiais, para a empresa vencedora quando da emissão da Ordem de Fornecimento.

Serão no mínimo 08 (oito) tamanhos para fins da compatibilização do item supra.

A escolha do Instituto Nacional de Justiça Americano se deve ao fato que o Exército Brasileiro, o qual é competente para emitir as normas de classificação de proteção balística do País, apresentou o referido Instituto como referência normativa de standard, bem como de testes, o que, por corolário lógico, esta visa manter as regras aplicáveis ao País e facilitar a participação das empresas brasileiras.

Os Patches Frontal e Dorsal de acordo com as especificações de acordo com o Manual de Uso e Aplicação da Polícia Federal de 2022. A metade dos Patches serão confeccionadas de forma emborrachada e a outra, bordada, conforme contida nas Especificações do material.

- PATCH EMBORRACHADO- 34.942
- PATCH BORDADO- 34.862

As quantidades relativas aos órgãos participantes encontram-se no SEI 37071871.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Atualmente a Polícia Federal detém 4.228 coletes **ostensivos** oriundos dos contratos nº44/2021, nº 42/2022, para uso em atividades que requer identificação da Polícia Federal, como barreiras, deflagração de operações, etc. Porém, limitando atividades de investigação e usos diversos, em que se requer proteção sem exposição do policial. Para estes casos, no ano anterior foi realizada a compra de 5.899 coletes velados, através do Contrato 58/2022 - CGAD/DLOG/PF. Tal quantitativo ainda é incapaz de suprir todo o efetivo policial com colete balístico para uso em investigação, com aspectos dissimulados, totalizando 10.127 unidades

Desta forma, esta contratação servirá para atendimento de um efetivo de policiais do quadro atual que não possuem colete acautelado, atender novos policiais que farão o Curso de Formação Profissional na ANP/PF no exercício 2025/2026 oriundos da autorização do concurso público previsto pelo Governo Federal para Polícia Federal no presente exercício, considerando-se ainda os candidatos excedentes e aqueles em condição de sub-judice do referido concurso, e, bem como permitir a reposição dos coletes que estarão com a validade expirada até o final da vigência da ARP desta contratação em voga

Soma-se a essa demanda, a necessidade de uso específico de indivíduos protegidos pela PF, como em segurança de dignitários, depoentes especiais bem como treinamento em curso de formação, onde o aluno deverá realizar treinamentos com o mesmo tipo de colete que lhe será acautelado quando empossado.

Diante do exposto serão contratados **15.000 (quinze mil) coletes balísticos nível IIIA** para os Policiais Federais ativos, na sua utilização velada e ao mesmo tempo ostensiva, bem como 60.000 (sessenta mil) patches com Brasão e Nome da Polícia Federal, a fim de trajar os Policiais Federais quando em operações policiais ostensivas.

Referente aos Órgãos participantes o quantitativo total será conforme extrato da IRP SEI nº (37071871).

Em relação ao processo licitatório, esclarecemos a decisão de não estabelecer quantidades mínimas uma vez que as variações orçamentárias e as diretrizes internas do órgão influenciam diretamente nos quantitativos a serem empenhados bem como o consumo e distribuição de cada item ao longo das descentralizadas

A referida decisão foi adotada com base nos seguintes fundamentos:

- I. **Flexibilidade** para ajustar as aquisições às necessidades reais da Administração.
- II. **Promoção da competitividade**, incentivando a participação de empresas de diferentes portes.
- III. **Economicidade**, evitando gastos desnecessários e alinhando o processo às reais demandas do órgão público.
- IV. **Conformidade legal**, atendendo ao que determina a Lei nº 14.133/2021 sobre planejamento e vantajosidade das contratações.

Essa medida assegura que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, garantindo a transparência e a adequação das contratações aos interesses da Administração preservando a racionalidade orçamentária.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 79.167.407,59

A pesquisa de preço está fundamentada no art. 23 da Lei 14.133/2021, conforme demonstrado em Mapa Comparativo de Preços 40178952

A última compra foi realizada em 2022 através do processo 08200.007920/2021-47 , conforme Proposta PROTECOP (24777538).

Percebe-se que por se tratar de moeda americana poderá haver variação no valor para aquisição conforme o câmbio.

No caso de propostas de empresas nacionais e estrangeiras haverá "equalização tributária" com fulcro no § 4º, art. 51 da Lei 14.133/2021, contida na Informação 32094577 de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

O custo estimado total da contratação dos coletes é de **R\$ 71.278.952,31 (setenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos)** conforme custos unitários apostos nas planilhas do mapa comparativo de preços e juntada das quantidades dos órgãos participantes.

O custo estimado total da contratação de Patches Emborrachados é de **R\$ 3.602.869,62 (três milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos)** e de Patches Bordados é de **R\$ 4.285.585,66 (quatro milhões,**

duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) conforme custos unitários apostos nas planilhas do mapa comparativo de preços e juntada das quantidades dos órgãos participantes..

Valor Total (R\$): **R\$ 79.167.407,59 (setenta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento permite que o órgão público ajuste suas despesas ao longo do tempo, de acordo com a disponibilidade orçamentária, sem comprometer a realização do objeto da contratação. O parcelamento facilita a execução do contrato em fases, permitindo que a Administração Pública aloque recursos de maneira gradual, conforme a disponibilidade de crédito orçamentário em diferentes exercícios fiscais.

Órgãos públicos frequentemente enfrentam limitações em seus orçamentos anuais. Ao dividir a execução do objeto licitado, é possível programar a execução em etapas, ajustando-se ao fluxo de liberação de recursos financeiros e garantindo que os pagamentos sejam feitos dentro da capacidade financeira do órgão.

Parcelar a execução do objeto pode evitar grandes desembolsos de uma só vez, distribuindo as despesas ao longo do tempo. Isso pode ser crucial para a Administração, especialmente em tempos de restrições fiscais ou contingenciamento de verbas.

Ao parcelar, o órgão público pode priorizar certas partes do projeto de acordo com a urgência ou necessidade, postergando partes menos prioritárias para momentos futuros, quando houver maior disponibilidade de recursos.

O parcelamento facilita a compatibilização dos contratos com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo que contratos de maior vulto sejam executados em conformidade com a previsão orçamentária dos anos subsequentes.

No caso de contingenciamentos orçamentários, o parcelamento permite que apenas parte do projeto ou da contratação seja executada, ajustando o desembolso financeiro sem a necessidade de cancelar ou paralisar completamente o projeto.

O parcelamento é uma estratégia que pode não apenas garantir uma execução mais eficiente do contrato, mas também uma gestão orçamentária mais responsável, alinhada com a realidade financeira do órgão público.

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens se mostra tecnicamente viável e não representa perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU), bem como visa a ampliação da concorrência e economicidade do contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas e/ou interdependentes referem-se à necessidade de aquisição de diferentes itens ou serviços que estão relacionados entre si ou que dependem um do outro para a realização de um objetivo comum. Aqui estão algumas considerações sobre essas contratações:

1. **Contratações Correlatas:** São aquelas que envolvem produtos ou serviços que, embora possam ser utilizados de forma independente, têm um vínculo que justifica sua aquisição conjunta para otimizar processos e resultados.
2. **Contratações Interdependentes:** Refere-se a itens ou serviços cuja execução depende diretamente da realização de outros. Por exemplo, a aquisição de hardware e software que precisa ser instalado e configurado simultaneamente.

Na prática, a identificação de contratações correlatas e interdependentes deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades do projeto, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os orçamentários. A Lei 14.133/2021 permite essa abordagem para promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.

Ou seja, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim como foi certificado a realização de consultas a IRPs e que não havia a época conveniência de participação em eventual IRP em andamento.

A referida aquisição é autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: [00394494000136-0-000025/2025]
- II. Data de publicação no PNCP: [16/05/2024]
- III. Id do item no PCA: [79]
- IV. Classe/Grupo: [4240-equipamento para segurança e equipamento]
- V. Identificador da Futura Contratação: [20334-211/2025]

A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2024/2027 da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes:

- Pessoal motivado: Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional;
- Apoio logístico efetivo: Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas; e
- Credibilidade mantida: Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

Os objetivos estratégicos da Polícia Federal relacionados a este plano são:

- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade.
- Fomentar as ações em benefício da cidadania.
- Conferir efetividade ao emprego dos recursos.

As estratégias são:

- Potencializar as ações de prevenção e repressão à criminalidade com ajuda de novos meios tecnológicos.
- Descapitalizar organizações criminosas e prender seus líderes.
- Reforçar a atuação policial em áreas de fronteira.
- Resguardar os direitos humanos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Equipar os policiais federais com colete de uso velado e ostensivo (com a inserção dos pachts) , para uso em missões, diligências, operações policiais e/ou situações inusitadas que possam vir a acontecer com eles, de forma a minimizar os riscos de ferimentos ou morte em caso de confronto armado;

Diminuir a massa e melhorar a flexibilidade em relação a outros tipos de equipamentos outrora adquiridos, para que mais policiais usem o colete, ao contrário da realidade atual;

Diminuir a tensão dos velcros para que se torne mais fácil a vestimenta e retirada do colete; e

Fazer uma compra com base em norma NIJ mais atual, melhorando os padrões técnicos de segurança, exigindo certificação em laboratório especializado, evitando assim que a PF tenha que certificar tais materiais (atribuição diversa de sua missão institucional).

13. Providências a serem Adotadas

Pleno atendimento à Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Bala.

Pleno atendimento à NT- SENASP nº 003/2021- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade

PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E. U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor.

Pleno atendimento à Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir.

A presente aquisição demanda que o Órgão se adeque à dotação própria, conforme legislação vigente referente ao tema.

É necessário que se mantenha os estudos para aprimoramento da dotação de produtos controlados pela Polícia Federal, revisando o planejamento estratégico para produtos controlados da instituição.

A referida licitação não haverá exigência de garantia da execução do art. 96, da Lei nº 14.133/2021. A garantia da execução está prevista no tópico 11 do Termo de Referência 36200704.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais significativos resultantes da contratação pretendida

15. Sustentabilidade Ambiental

A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (***Restriction of Certain Hazardous Substances***), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 4.ª edição, agosto/2021).

- São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- Outras formas vedadas pelo poder público.
- A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 7ª edição, outubro/2024.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Essa equipe juntamente com a DPC/CGPLAM/DLOG consideram viável a aquisição de coletes de utilidade tanto velada quanto ostensiva juntamente com os Patches devido a necessidade de equipamento de proteção policial de devido aos baixos impactos da compra, como descrito no Mapa de Riscos.

ressalta-se que a Administração observou o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA

Agente de contratação